



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. Definição do objeto

Contratação de empresa especializada para a confecção de carimbos e fornecimento de almofadas para as Unidades da Justiça Eleitoral.

### 2. Fundamentação da Contratação

O Documento de Formalização da Demanda e os Estudos Técnicos Preliminares constam relacionados no PAE n. 37.743/2023.

### 3. Descrição da solução

Item 1 – Carimbo com estrutura de plástico rígido, com área de impressão de 38mm x 14mm, formato retangular, autoentintado, almofada substituível e material da superfície de impressão em fotopolímero.

Item 2 – Carimbo com estrutura de plástico rígido, com área de impressão de 47mm x 18mm, formato retangular, autoentintado, almofada substituível e material da superfície de impressão em fotopolímero.

Item 3 – Carimbo com estrutura de plástico rígido, com área de impressão de 58mm x 22mm, formato retangular, autoentintado, almofada substituível e material da superfície de impressão em fotopolímero.

Item 4 – Carimbo com estrutura de plástico rígido, com área de impressão de 40mm x 40mm, formato redondo, autoentintado, almofada substituível e material da superfície de impressão em fotopolímero.

Item 5 – Carimbo com estrutura de plástico rígido, com área de impressão de 75mm x 38mm, formato retangular, autoentintado, almofada substituível e material da superfície de impressão em fotopolímero.

Item 6 – Carimbo com estrutura em plástico rígido, datador mais texto livre, com sistema de 4 fitas, sendo as duas primeiras para os dias e as seguintes para os meses e ano, formato DD MMM AAAA, com área de impressão de 40mm x 40mm, confecção de texto livre ao redor da data, formato quadrado, autoentintado, almofada substituível, material da superfície de impressão em fotopolímero para o texto e borracha para a data.

Item 7 – Almofada para carimbo para os itens 1 a 6, estrutura de plástico, com esponja absorvente revestida em tecido, entintada, na cor preta.

#### 3.1. Estudos Técnicos Preliminares

Documento juntado no PAE n. 37.743/2023.

#### 3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica a esta contratação.

#### 3.3. Códigos SIASG

Item 01 – n. 433.592

Item 02 – n. 433.593

Item 03 – n. 433.594

Item 04 – n. 260.550

Item 05 – n. 434.453

Item 06 – n. 260.552

Item 07 – n. 203.285



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 4. Requisitos da contratação

A empresa contratada deverá fornecer produtos com ótima durabilidade e definição dos dizeres.

Carimbo 38x14 (item 1)

NECESSIDADES	REQUISITOS	JUSTIFICATIVA
Técnico	Carimbo com área de impressão de 38mm x 14mm, formato retangular, autoentintado, material da superfície de impressão em fotopolímero, estrutura em plástico rígido e almofada substituível.	Tamanho e formato compatível para agrupar letras, números e símbolos na área de impressão. Material que dispensa o uso de almofada em separado para abastecer com tinta, ou seja, maior praticidade. Plástico rígido comum no mercado e com baixo custo de aquisição.

Carimbo 47x18 (item 2)

NECESSIDADES	REQUISITOS	JUSTIFICATIVA
Técnico	Carimbo com área de impressão de 47mm x 18mm, formato retangular, autoentintado, material da superfície de impressão em fotopolímero, estrutura em plástico rígido e almofada substituível.	Tamanho e formato compatível para agrupar letras, números e símbolos na área de impressão. Material que dispensa o uso de almofada em separado para abastecer com tinta, ou seja, maior praticidade. Plástico rígido comum no mercado e com baixo custo de aquisição.

Carimbo 58x22 (item 3)

NECESSIDADES	REQUISITOS	JUSTIFICATIVA
Técnico	Carimbo com área de impressão de 58mm x 22mm, formato retangular, autoentintado, material da superfície de impressão em fotopolímero, estrutura em plástico rígido e almofada substituível.	Tamanho e formato compatível para agrupar letras, números e símbolos na área de impressão. Material que dispensa o uso de almofada em separado para abastecer com tinta, ou seja, maior praticidade. Plástico rígido comum no mercado e com baixo custo de aquisição.

Carimbo 40x40 (item 4)

NECESSIDADES	REQUISITOS	JUSTIFICATIVA
Técnico	Carimbo com área de impressão de 40mm x 40mm, formato redondo, autoentintado, material da superfície de impressão em fotopolímero, estrutura em plástico rígido e almofada substituível.	Tamanho e formato compatível para agrupar letras, números e símbolos na área de impressão. Material que dispensa o uso de almofada em separado para abastecer com tinta, ou seja, maior praticidade. Plástico rígido comum no mercado e com baixo custo de aquisição.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Carimbo 75x38 (item 5)

NECESSIDADES	REQUISITOS	JUSTIFICATIVA
Técnico	Carimbo com área de impressão de 75mm x 38mm, formato retangular, autoentintado, material da superfície de impressão em fotopolímero, estrutura em plástico rígido e almofada substituível.	Tamanho e formato compatível para agrupar letras, números e símbolos na área de impressão. Material que dispensa o uso de almofada em separado para abastecer com tinta, ou seja, maior praticidade. Plástico rígido comum no mercado e com baixo custo de aquisição.

Carimbo datador 40x40 (item 6)

NECESSIDADES	REQUISITOS	JUSTIFICATIVA
Técnico	Carimbo datador mais texto livre, com sistema de 4 fitas, sendo as duas primeiras para os dias e as seguintes para os meses e ano, formato DD MMM AAAA, com área de impressão de 40mm x 40mm, confecção de texto livre ao redor da data, formato quadrado, autoentintado, material da superfície de impressão em fotopolímero para o texto e borracha para a data, estrutura em plástico rígido e almofada substituível.	Tamanho e formato compatível para agrupar letras, números e símbolos na área de impressão. Material que dispensa o uso de almofada em separado para abastecer com tinta, ou seja, maior praticidade. Plástico rígido comum no mercado e com baixo custo de aquisição.

Almofada para carimbo (item 7)

NECESSIDADES	REQUISITOS	JUSTIFICATIVA
Técnico	Almofada para carimbo para os itens 1 a 6, estrutura de plástico, com esponja absorvente revestida em tecido, entintada, na cor preta.	Reutilizar os carimbos usados

### 5. Modelo de execução do objeto

Os materiais deverão ser entregues no depósito do Almojarifado do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, situado na Servidão Antônio José Guarezi, 130, bairro Jardim Eldorado, município de Palhoça/SC, no horário das 13 às 19 horas.

#### 5.1. Prazos

A empresa contratada deverá efetuar a entrega dos carimbos conforme descrito a seguir:

- Até 30 (TRINTA) carimbos: 24 (VINTE E QUATRO) horas a partir do recebimento da ordem de fornecimento;
- Acima de 30 (TRINTA) carimbos: 05 (CINCO) dias a partir do recebimento da ordem de fornecimento.

**Prazo de substituição:** após recebidos, os produtos serão conferidos pelo setor competente. Se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituí-los no prazo máximo de 24 (VINTE E QUATRO) horas.

**Prazo de garantia legal:** 3 (TRÊS) meses a partir do recebimento definitivo do objeto.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços

Os produtos deverão ser entregues no depósito multiuso do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, na área do Almoxarifado. Endereço: Servidão Antônio José Guarezi, 130, bairro Jardim Eldorado, Município de Palhoça, SC.

#### 5.2.1 Localização do Fornecedor

Considerando que muitos carimbos utilizados pelo TRE-SC são imprescindíveis para a continuidade dos trabalhos eleitorais, como chancelas de assinaturas de Juízes Eleitorais e Desembargadores, dentre outros, a sua troca ou nova confecção é sempre urgente, motivo pelo qual se exige que a empresa fornecedora dos carimbos esteja localizada na região Metropolitana de Florianópolis, sendo que o prazo de entrega já é definido (para a maioria dos casos) em 24 horas.

Os municípios que compõem a Região Metropolitana de Florianópolis se referem àqueles mencionados no caput do art. 5º da lei Complementar Estadual n. 495, de 26 de janeiro de 2010: Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara.

### 5.3. Recebimento provisório e definitivo

Os produtos serão inspecionados no ato do recebimento, a fim de verificar a conformidade do material segundo as especificações constantes no item 3 – Descrição da Solução.

Prazos para recebimento do material:

- a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;
- b) o recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa.

### 5.4. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.

### 5.5. Garantia do objeto

Após o recebimento definitivo, se constatado defeito no produto dentro do período de garantia legal ou do fornecedor, será acionada a empresa contratada para a substituição do material.

### 5.6. Vigência da contratação

O contrato terá vigência inicial por 5 (cinco) anos a partir da data da assinatura, prorrogável até o limite decenal, nos termos do art. 107 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

Justifica-se a vigência inicial plurianual, em razão da potencial redução de custos advinda de um contrato com prazo de duração maior, decorrente dos seguintes fatores:

- a) racionalização do dispêndio de recursos com a realização de procedimentos licitatórios e de prorrogação contratual; e
- b) aumento da competitividade, em face da atratividade do objeto para o mercado, refletindo nos valores cotados.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 5.7. Obrigações da Contratante

- a) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos nesta contratação;
- b) promover, por meio da Equipe Gestora, a gestão do contrato.
- c) efetuar o recebimento definitivo em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa.

### 5.8. Obrigações da Contratada

- a) fornecer os produtos nos prazos e demais condições estipuladas na proposta;
- b) entregar os produtos no Almocharifado do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, situado na Servidão Antônio José Guarezi, 130, Bairro Jardim Eldorado, município de Palhoça/SC, no horário das 13h às 19h, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;
- c) após recebidos, os produtos serão conferidos pelo setor competente. Se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituí-los, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- d) estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos, de que trata o subitem c, não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;
- e) em caso de substituição de produto, conforme previsto no item c, correrão à conta do licitante vencedor as despesas decorrentes da devolução e nova entrega;
- f) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRE-SC; e
- g) manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

### 5.9. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

### 5.10. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

### 5.11. Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.

## 6. Modelo de gestão do contrato

### 6.1. Gestor de contrato

- 6.1.1. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:
  - a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;
  - b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico e administrativo;

h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.2. Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexecução ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

d) informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

e) comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

g) comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo;

i) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

b) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico; e

f) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado.

### 6.2. Gestão e fiscalização

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Chefe da Seção de Almoxarifado e Patrimônio
Fiscal técnico	Chefe da Seção de Almoxarifado e Patrimônio
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária

### 6.3. Instrumentos Formais

Será expedido Termo de Contrato para a formalização da contratação.

### 6.4. Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento do contrato será feito pelo gestor/fiscal do contrato, qual seja, o servidor titular da função Assistente I da Seção de Almoxarifado e Patrimônio, ou seu substituto, ou seu superior imediato, ao qual caberá efetuar o recebimento provisório e definitivo do material.

### 6.5. Alocação de riscos

Não se aplica a esta contratação.

## 7. Critérios de medição e de pagamento

Não se aplica a esta contratação.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 8. Reajuste ou repactuação

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, contados da data limite para apresentação da proposta, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

### 9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

#### 9.1. Parcelamento e adjudicação

Não cabe parcelamento da presente contratação em razão de ser um contrato contínuo. Deverá haver adjudicação Global para todos os itens. A justificativa é procedente para que tenhamos economicidade, padronização uniformidade dos materiais. Há possibilidade de exíguo prazo de entrega dos itens, sendo que com única contratada se facilitará os procedimentos de demanda e recebimento. Além disso, como forma de permitir uma melhor gestão da contratação por parte da Administração, ao gerir um único contrato, bem como para tornar o objeto mais atraente junto às empresas, dado o baixo valor de cada item.

#### 9.2. Seleção do fornecedor

A seleção do fornecedor se dará pela proposta de menor preço dentre os licitantes habilitados e classificados.

##### 9.2.1. Critérios de habilitação

Deverá a empresa possuir certidão de regularidade com a Receita Federal, FGTS e Débitos Trabalhistas.

##### 9.2.2. Critérios de preferência e de desempate

Os critérios de preferência e de desempate deverão obedecer à legislação em vigor, em especial à Lei Complementar n. 123/2006.

##### 9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento

A contratação em tela enquadra-se na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021, justificando a sua realização com dispensa de licitação.

### 10. Estimativas do valor da contratação

Para estimar o valor da presente contratação foi considerado o preço médio obtido das soluções disponíveis no mercado e das contratações públicas similares.

MATERIAL	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR TOTAL
ITEM 1	R\$ 20,86	175	R\$ 3.650,50
ITEM 2	R\$ 28,00	350	R\$ 9.800,00
ITEM 3	R\$ 37,50	100	R\$ 3.750,00
ITEM 4	R\$ 55,45	10	R\$ 554,50
ITEM 5	R\$ 69,50	20	R\$ 1.390,00
ITEM 6	R\$ 70,85	10	R\$ 708,50
ITEM 7	R\$ 9,05	10	R\$ 90,50
			<b>R\$ 19.994,00</b>





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 11. Alinhamento da contratação

#### 11.1. Plano de Contratações Anual

O Plano de Contratações Anual contempla a solução a ser contratada no Anexo I, item 22, Materiais de Expediente.

#### 11.2. Plano de Logística Sustentável

Não há conflito dos objetos a serem adquiridos com o Plano de Logística Sustentável do TRE-SC.

#### 11.3. Outros instrumentos

Contratação de empresa para o fornecimento de carimbos e almofadas autoentintadas às Unidades do TRE-SC e Zonas Eleitorais.

Alinhamento estratégico do Plano de Contratações: OEAC1 e OEPI2.

### 12. Adequação orçamentária

Item	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
Item 22 - Plano de Contratações – Materiais de Expediente	02.122.0033.20GP.0042	3.3.90.30.16	R\$ 218.720,00
Estimativa de custo da presente contratação			R\$ 3.988,80

### 13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea "a" do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

a) o atraso injustificado na execução do objeto deste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescidos de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor da parcela em atraso, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;

b) a inexecução parcial do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

c) a inexecução total do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado.

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

- a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;
- b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;
- c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;
- d) descontada do valor da garantia prestada; ou
- e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "b" a "g", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado Prazo - 2 (dois) meses;

d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;

e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “h” a “m”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou

d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.